



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1. OBJETIVO:

1.1 - Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais descreve as diretrizes e práticas do tratamento (coleta, armazenamento, utilização, processamento e demais modalidades previstas na legislação específica) de dados pessoais dos usuários dos Sítios Eletrônicos da Confederação Nacional de Notários e Registradores - CNR (Link). Essa Política se soma às políticas congêneres mantidas por Federações e Sindicatos filiados à CNR, as quais coletam certos dados pessoais dos Notários e Registradores, para suas próprias atividades institucionais.

1.2 - Dado pessoal, na definição prevista no art. 5º, inc. I, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) se configura como a “informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável”.

1.3 – Os usuários dos sítios eletrônicos incluem os Notários e Registradores, o Poder Judiciário e a sociedade em geral, interessados na utilização dos serviços da CNR.

2. NORMAS APLICÁVEIS:

2.1 - A presente Política se baseia notadamente nas disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e da Lei nº. 12.965/2014 (“Lei do Marco Civil da Internet”), conjuntamente com o previsto na legislação que rege a atividade, especialmente o Estatuto da CNR e o correspondente Regulamento Geral.

3. ABRANGÊNCIA

3.1 - A presente Política aplica-se a todos os usuários dos sítios eletrônicos, e não exclui a aplicação das políticas equivalentes baixadas por entidades da CNR, bem como as políticas específicas de fornecedores de tecnologia e serviços para os sítios eletrônicos ou de parceiros do Clube de Vantagens organizado pela CNR no plano federal ou entidades filiadas.

4. BASES LEGAIS PARA A COLETA DE DADOS PESSOAIS

4.1 – A regulamentação dos Notários e Registradores pressupõe a instituição de normas e provimentos pelo CNR visando o exercício da profissão e a administração de registros e controles correlatos. A coleta de dados pessoais inerente a tais atividades é amparada pelo previsto no art. 7º, II, da LGPD. Um exemplo respectivo é o Cadastro Nacional de Notários e Registradores, que relaciona todos os profissionais da atividade, bem como colaboradores que possuem a Carteira de Identidade da CNR. Manter-se incluído em tal cadastro é condição para o exercício da profissão.

4.2.- Caso a CNR necessite coletar dados pessoais para o desempenho de atividades que não sejam inerentes a suas funções originárias, tal coleta será precedida de manifestação pelos interessados autorizando-a ou não, salvo no caso de necessidade de cumprimento de obrigação regulatória. Neste caso o consentimento é legalmente dispensado.

4.3- Os usuários poderão solicitar informações sobre o seu cadastro e sua exclusão, por meio do formulário específico disponível no sítio eletrônico da Confederação Nacional dos Notários e Registradores (<http://www.cnr.org.br/servicos/LGPD>). Ir para o formulário

5. COOKIES

5.1. O que são os Cookies. Um cookie é um registro de informação armazenado localmente no computador ou dispositivo do usuário, contendo informação acerca das atividades deste nos sítios eletrônicos.

5.2 – Os sítios eletrônicos da CNR utilizam os seguintes tipos de cookies para as finalidades respectivas: i) cookies imprescindíveis à navegação nos sítios eletrônicos; ii) cookies para documentação do histórico de visita nos sítios eletrônicos; iii) cookies para fins estatísticos. Chamamos atenção para que certos cookies fornecidos por terceiros, como os cookies do serviço Google Analytics, contam com políticas de proteção de dados pessoais próprias, e os interessados devem consultá-las, quando desejem conhecimento aprofundado.

6. QUEM É O CONTROLADOR DE SEUS DADOS PESSOAIS?

6.1 - Para fins da gestão do controle sistêmico da advocacia no país, a CNR é o Controlador, nos termos da LGPD, dos dados pessoais dos Notários e Registradores e dos usuários em geral dos sítios eletrônicos.

6.2 - Para fins da coleta de certos dados pessoais de modo a viabilizar, por exemplo, a assinatura digital a ser empregada em processos judiciais eletrônicos, as entidades filiadas da CNR são o Controlador de dados.

6.3 – As Seccionais da CNR compartilham sua base de dados com o CNR para que este possa compor (juntamente com dados pessoais que ele mesmo coleta, como os de navegação nos sítios eletrônicos) o Cadastro Nacional de Notários e Registradores. Essa articulação torna Controladores Conjuntos a CNR e as suas filiadas, embora para finalidades individuais distintas.

7. QUAIS DADOS PESSOAIS SÃO TRATADOS?

7.1 - Nos limites permitidos pela legislação aplicável, a CNR poderá tratar os dados pessoais, conforme descritos na tabela Sítios Eletrônicos da CNR e Tratamento de Dados Pessoais.

7.2 - Dados pessoais sensíveis, como dados biométricos, ou dados relativos a saúde, ou ainda, dados relativos a raça ou etnia, quando coletados, serão administrados com cuidados especiais, e serão utilizados apenas para fins estatísticos.

7.3 - A indisponibilidade de certos dados pessoais, configurando exclusão parcial em cadastros, poderá ser requerida pelos interessados indicando motivação específica quando se referirem a dados pessoais que sejam, em geral, de interesse público.

8. SEGURANÇA DOS REPOSITÓRIOS DE DADOS PESSOAIS

8.1 – É de conhecimento público que o acesso a dados pessoais é, muitas vezes, visado para fins estranhos a práticas salutares. Nesse sentido, a CNR procura adotar medidas razoáveis ao seu alcance conforme o estágio de avanço da tecnologia de segurança. Não existe, contudo, a possibilidade de prevenção absoluta de incidentes de segurança. Na hipótese de comprometimento de dados pessoais, a CNR divulgará os fatos, à medida em que sejam comprovados.

9. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS

9.1 - A CNR poderá vir a fornecer dados pessoais dos usuários dos sítios eletrônicos às seguintes categorias de entidades e organizações:

9.1.1 - Fornecedores de serviços necessários ao desempenho das funções institucionais da CNR (por exemplo, fornecedores de software de banco de dados, e provedores de acesso à Internet);

9.1.2 - Órgãos da Administração Pública e autoridades competentes, no contexto de:

9.1.2.1 - Colaborar na atividade investigatória de denúncias, ou para a condução de medidas e processos judiciais;

9.1.2.2 - Cumprir obrigações legais e regulatórias.

9.1.3 - A CNR, solicita à concordância dos usuários do aplicativo fornecidos pela instituição no fornecimento do Nome Completo; Data de Nascimento; CPF; e, E-mail:

9.1.3.1 - Adicionalmente serão apresentados no documento dados pessoais cadastrados quando solicitou a emissão da sua Carteira de Identidade em meio físico.

9.1.3.2 - Podem ser coletadas informações sobre sua navegação, como, por exemplo:

- Identificação do seu dispositivo;
- Carteiras de Identidade verificadas;
- Carteiras de Identidade cadastradas;
- Localização do dispositivo;
- Tipos de erros eventualmente detectados.

9.1.3.3 - Alguns recursos, quando necessários, serão solicitados e notificados por este aplicativo como, por exemplo:

- Acesso à rede (Internet Móvel ou WiFi);
- Acesso à identificação do dispositivo.

9.1.3.4 - As informações são necessárias para validações de segurança no dispositivo utilizado pela CNR visando sempre a segurança e a comodidade no atendimento de nossos usuários.

9.1.4 – A CNR não possui controle sobre o seu compartilhamento da Carteira de Identidade em meio eletrônico caso o portador envie ou disponibilize o arquivo para terceiros. A entidade não faz esse tipo de compartilhamento da sua Carteira de Identidade e incluímos regras de segurança para evitar que outras pessoas cadastrem e tenham acesso ao seu documento.

10. TRANSFERÊNCIAS DE DADOS PESSOAIS PARA FORA DO BRASIL

10.1- A Confederação Nacional dos Notários e Registradores poderá transferir, em situações pontuais de necessidades de serviço, alguns de seus dados pessoais a prestadores de serviços localizados no exterior, incluindo prestadores de serviços em nuvem. Quando seus dados pessoais forem transferidos para fora do Brasil, adotaremos medidas apropriadas, de acordo com o previsto na LGPD, para garantir a proteção adequada de seus dados pessoais em conformidade com os requisitos da legislação aplicável de proteção de dados, inclusive por meio da celebração de contratos apropriados de transferência de dados pessoais com terceiros.

11. POR QUANTO TEMPO GUARDAREMOS SEUS DADOS PESSOAIS?

11.1 - Armazenaremos suas informações: (i) pelo tempo exigido por lei; (ii) até o término previsto do tratamento de dados pessoais; (iii) pelo tempo necessário a preservar o legítimo interesse da CNR, conforme o caso; (iv) pelo tempo necessário para resguardar o exercício regular de direitos da CNR em processo judicial, administrativo ou arbitral. Nesses contextos, trataremos seus dados pessoais, por exemplo, durante os prazos prescricionais aplicáveis ou enquanto necessário para cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

11.2 - O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nos seguintes casos:

11.2.1 - Quando a finalidade pela qual os dados pessoais do titular foram coletados for alcançada e/ou os dados pessoais coletados deixarem de ser necessários ou pertinentes ao alcance de tal finalidade;

11.2.2 - Quando o titular dos dados pessoais estiver em seu direito de solicitar o término do tratamento e a exclusão de seus dados pessoais e o fizer; e

11.2.3 - Quando houver uma determinação legal neste sentido.

11.3 – Nos casos de término de tratamento de dados pessoais, ressalvadas as hipóteses estabelecidas pela legislação aplicável ou pela presente Política de Privacidade (nas quais poderá haver o bloqueio do acesso aos dados pessoais ainda mantidos), os dados pessoais serão eliminados.

12. SEUS DIREITOS EM RELAÇÃO AOS DADOS PESSOAIS QUE TRATAMOS SOBRE VOCÊ

12.1 - De acordo com o previsto na LGPD, o usuário dos sítios eletrônicos possui diversos direitos em relação aos seus dados pessoais. Tais direitos incluem, mas não se limitam a:

12.1.1 - Receber informações claras e completas sobre o tratamento de seus dados pessoais, incluindo detalhes sobre as hipóteses de compartilhamento dos seus dados pessoais com terceiros, nos termos do item 9 desta política;

12.1.2 - Solicitar o acesso a seus dados pessoais e/ou a confirmação da existência de tratamento de dados pessoais pela CNR;

12.1.3 - Solicitar a alteração de quaisquer dados pessoais imprecisos, incompletos e desatualizados;

12.1.4 - Se opor às atividades de tratamento, solicitar a anonimização e eliminação de dados pessoais, em circunstâncias específicas;

12.1.5 - Solicitar a portabilidade de seus dados pessoais;

12.1.6 - Revogar o consentimento a qualquer momento, quando se trate de dados pessoais cujo tratamento se encontre sujeito a obtenção de consentimento;

12.1.7 - Peticionar perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais.

12.2 – Determinadas situações podem não autorizar o exercício de alguns direitos previstos acima, e nestas hipóteses o usuário será informado.

12. ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÕES DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

13.1 - A CNR poderá atualizar esta Política a qualquer tempo, sempre indicando a data da nova versão e mantendo o seu acesso nos sítios eletrônicos através do endereço <http://www.cnr.org.br/servicos/lgpd>.

ACESSE NOSSAS REDES E FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES!



Enviado por **Confederação Nacional de Notários e Registradores**

Endereço: SRTVS Quadra 701, Lote 05, Bloco A, Sala 222/234 | Centro Empresarial
Brasília CEP: 70340-907 – Brasília/DF Tel.: (61) 3963-1555

A CNR utiliza cookies, a fim de obter estatísticas para aprimorar a experiência do usuário. A participação nos Selos implica concordância com esse procedimento.
Todos os direitos reservados a CNR®